

OECD *Multilingual Summaries*

Economic Policy Reforms 2011: Going for Growth

Summary in Portuguese



Reformas da Política Económica 2011: A Caminho do Crescimento

Sumário em Português

- A recuperação económica da mais profunda recessão desde a Grande Depressão está em curso, mas mantém-se demasiadamente dependente dos estímulos da política macroeconómica e ainda não conseguiu reduzir de forma significativa a elevada e persistente taxa de desemprego em muitos países. A Caminho do Crescimento 2011 sublinha as reformas estruturais necessárias para restaurar um crescimento a longo prazo no rescaldo da crise. Para cada país da OCDE e, pela primeira vez para seis economias-chave emergentes (Brasil, China, Índia, Indonésia, Rússia e África do Sul), são identificadas cinco prioridades de reforma que seriam as mais eficazes na promoção de um crescimento sustentado na próxima década. A análise mostra que muitas destas reformas poderiam igualmente apoiar a muito necessária consolidação orçamental e contribuir para a redução dos desequilíbrios da balança de transacções correntes a nível mundial.
- Os indicadores internacionalmente comparáveis aqui fornecidos permitem aos países avaliar o seu desempenho económico e as suas políticas estruturais num vasto leque de áreas.
- Além disso, esta edição contém três capítulos analíticos abrangendo políticas habitacionais, a eficácia dos sistemas de saúde e as ligações entre as políticas estruturais e os desequilíbrios da balança de transacções correntes.

A recuperação económica da mais profunda recessão desde a Grande Depressão está em curso há já algum tempo, mas mantém-se demasiadamente dependente dos estímulos da política macroeconómica e até agora tem sido insuficiente para combater a elevada e persistente taxa de desemprego em muitos países. Com o estímulo fiscal obrigado a ser gradualmente eliminado para combater as insustentáveis dinâmicas da dívida pública e pouco ou nenhum apoio esperado da política monetária, o principal desafio que enfrentam os governos da OCDE actualmente é transformar uma retoma orientada em função das políticas num crescimento auto-sustentado. Neste sentido, acelerar o processo da reforma estrutural, que fora da área do regulamento financeiro abrandou durante a recessão mundial, pode constituir uma contribuição decisiva. Num contexto de recuperação da crise, deve dar-se prioridade às reformas que são mais favoráveis ao crescimento a curto prazo e ajudam as pessoas desempregadas e as que se encontram fora do mercado de trabalho a permanecerem em contacto com o mesmo.

Esta nova edição de *A Caminho do Crescimento* identifica para cada país da OCDE e, pela primeira vez, para seis economias-chave emergentes (Brasil, China, Índia, Indonésia, Rússia e África do Sul, os chamados BRIICS), cinco prioridades de reforma que seriam as mais eficazes na promoção de um crescimento sustentado na próxima década. Estas recomendações são determinadas com base no mapeamento entre as deficiências de desempenho – medidas pelas diferenças entre produtividade do trabalho e utilização da mão-de-obra em relação aos que apresentam melhor desempenho – e deficiências políticas de cada país individualmente. As principais conclusões retiradas deste exercício de definição das prioridades, que se encontram resumidas num capítulo que apresenta uma visão geral (Capítulo 1) e, mais pormenorizadamente, descritas em notas individuais sobre os países (Capítulo 2) são as seguintes:

- Os países da OCDE com rendimento mais elevado enfrentam um leque de desafios políticos e podem, grosso modo, ser enquadrados em dois grupos. O primeiro grupo, é principalmente constituído pelos países da Europa Continental, que necessitam aumentar a utilização da mão-de-obra. Consequentemente, melhorar a concepção dos sistemas de prestações sociais, combater o dualismo do mercado de trabalho através de uma reforma de protecção no emprego e deslocar a carga fiscal em benefício do factor trabalho são recomendações comuns, embora as reformas nos mercados de produtos ocupem igualmente um lugar de destaque. Os restantes países da OCDE relativamente ricos enfrentam um conjunto mais equilibrado de desafios, com maior tónica na produtividade do trabalho – especialmente para os países membros Asiáticos – e com reformas frequentemente recomendadas no que respeita a regulamentação do sector das redes, nas restrições ao investimento directo estrangeiro (IDE), estrutura fiscal e sectores públicos.
- Os países da OCDE com baixo rendimento – incluindo o Chile, Estónia, Israel e Eslovénia que integraram a OCDE em 2010 – e os BRIICS enfrentam muitos mais desafios relacionados com os respectivos sistemas educativos e regulação dos mercados de produtos. As reformas nestas áreas visam aumentar a produtividade. A informalidade laboral cria igualmente desafios políticos específicos nestes países. Em muitos casos, a natureza das prioridades políticas para os BRIICS é semelhante em conteúdo à dos países da OCDE de baixo rendimento, embora a quantidade de reformas necessárias seja tipicamente maior nos BRIICS. As recomendações para os BRIICS e para alguns países de baixo rendimento da OCDE incluem igualmente, em vários casos, reforma dos sistemas jurídicos e execução dos contratos bem como melhorias nos sistemas de governança que combateriam a corrupção.
- Em circunstâncias pós-crise, as reformas que forneceriam receitas rápidas e ganhos de postos de trabalho possuem um valor elevado. Entre as prioridades políticas identificadas, estas reformas incluem a redução dos entraves à concorrência (ex.: no comércio a retalho ou profissões liberais), diminuição do ónus administrativo das empresas e eliminação dos entraves ao investimento directo estrangeiro (IDE). Algumas das prioridades identificadas podem igualmente constituir um grande avanço no sentido de impedirem que a elevada taxa de desemprego se torne permanente, que se revela outra preocupação importante no contexto actual. Muitas das respostas da política do mercado de trabalho à crise – como a intensificação de regimes de trabalho a curto prazo ou extensões da duração do desemprego e da cobertura dos subsídios de desemprego – ajudaram a atenuar o impacto do desemprego da recessão e mitigaram as dificuldades dos trabalhadores. À medida que as condições económicas evoluem, novas iniciativas políticas podem ajudar a reforçar a intensidade de emprego na recuperação. Tais reformas incluem o aumento da despesa e reforma das políticas activas do mercado de trabalho, redução do dualismo do mercado de trabalho através da reforma de protecção no emprego e uma melhoria na concepção dos programas de transferências sociais.
- A actual situação económica tem implicações ambíguas na capacidade dos governos para empreenderem reformas, com o contexto pós-crise a tornar a sua necessidade mais aparente mas, em muitos países, sendo possivelmente as situações orçamentais um obstáculo. Num cenário como este, é essencial garantir que as reformas sejam consistentes com a premente necessidade de consolidação orçamental.
- As reformas estruturais visam principalmente reforçar os níveis de rendimento a longo prazo mas poderiam igualmente produzir importantes benefícios paralelos para os saldos orçamentais. Por exemplo, as reformas que promovem os níveis de emprego serão provavelmente úteis na consolidação orçamental. A insustentabilidade das finanças públicas também tornou muitos outros tipos de reformas estruturais mais

urgentes. Em especial, melhorias nos regimes fiscais ou ganhos de eficiência na educação ou nos cuidados de saúde poderiam reduzir os défices orçamentais.

As reformas estruturais que fomentem o crescimento podem ter igualmente efeitos multiplicadores benéficos na balança de transacções correntes, tal como pormenorizadamente examinado no Capítulo 5. Apesar de um certa redução durante a crise, os desequilíbrios mundiais continuam a ser consideráveis tanto nos países da OCDE como nos que não fazem parte da OCDE e, na ausência de acção política, é provável que tal continue a ser o caso. Apesar das reformas estruturais não serem geralmente concebidas para fazer face aos desequilíbrios mundiais, podem afectar a balança de transacções correntes influenciando as decisões de poupança e investimento dos agregados familiares e das empresas, bem como alterando a poupança e investimento públicos. Uma nova análise empírica apresentada neste capítulo sugere que um certo número de reformas estruturais que são desejáveis per se poderiam igualmente diminuir os desequilíbrios mundiais reduzindo as diferenças entre a poupança nacional e o investimento em várias áreas económicas de grande importância:

- O desenvolvimento dos sistemas de protecção social na China e noutras economias asiáticas iria cumprir um importante objectivo social, e como efeito colateral reduziria a necessidade de poupança de prevenção, reduzindo assim grandes excedentes da balança de transacções correntes de alguns desses países.
- As reformas dos sistemas de pensões que aumentam a idade de reforma aumentariam os níveis de rendimento ao mesmo tempo que ajudariam igualmente a reduzir os excedentes de poupança e da balança de transacções correntes (mas aumentariam os défices em países com défice externo).
- As reformas do mercado de produtos em indústrias de rede, comércio a retalho ou serviços profissionais podem incentivar as despesas de capital e, conseqüentemente, reduzir os excedentes da balança de transacções correntes em países como o Japão e a Alemanha.
- A eliminação das distorções políticas que incentivam o consumo, como deduções fiscais a título de pagamentos de juros de créditos hipotecários na ausência de tributação de rendimento imputado, pode ajudar a aumentar a poupança dos agregados familiares e a reduzir os défices externos em vários países, nomeadamente os Estados Unidos, embora a implementação tenha de aguardar uma maior estabilização da economia.
- As reformas dos mercados financeiros que aumentam a sofisticação e profundidade dos mercados financeiros poderiam flexibilizar as restrições de empréstimo nas economias emergentes e, conseqüentemente, fomentar o consumo e o investimento e, assim, ajudar a reduzir os excedentes da balança de transacções correntes nalgumas destas economias. Estas reformas necessitam ser acompanhadas por controlos prudenciais adequados.
- Globalmente, uma combinação de restrições orçamentais nos países da OCDE, reformas nos mercados de produtos na Alemanha e no Japão, um aumento na despesa de saúde pública (de 2 pontos percentuais do PIB) e a liberalização dos mercados financeiros na China pode reduzir em cerca de um terço os desequilíbrios mundiais.

Esta edição de *A Caminho do Crescimento* contém um capítulo especial sobre a habitação (Capítulo 4), uma área onde políticas mal elaboradas contribuíram para desencadear a recente crise e agora abrandar a mobilidade laboral e a recuperação de emprego. O capítulo apresenta novos indicadores de política do mercado habitacional e uma análise empírica da OCDE, com as seguintes principais conclusões:

- As inovações nos mercados hipotecários deveriam ser acompanhadas por uma supervisão regulamentar adequada e uma regulamentação bancária prudente. A liberalização financeira e as inovações hipotecárias impulsionaram o acesso à habitação de famílias que anteriormente tinham restrições de crédito, mas as reformas regulamentares nos mercados hipotecários podem igualmente estar por trás de aumentos consideráveis nos preços da habitação – de uma média de 30% nos países da OCDE entre o início da década de 1980 e meados da década de 2000 – e da volatilidade dos preços da habitação.
- Nalguns países da OCDE a oferta de habitação poderia tornar-se mais sensível à procura, racionalizando, por exemplo, os complexos procedimentos de licenciamento de construção. Tal ajudaria a evitar a excessiva volatilidade dos preços da habitação. Simultaneamente, uma maior capacidade de resposta pode igualmente traduzir-se num investimento no sector da habitação mais volátil a não ser que a volatilidade da procura possa ser contida.
- As políticas de habitação podem facilitar a mobilidade residencial, permitindo uma melhor concordância dos trabalhadores com os empregos e, assim, ajudar o mercado de trabalho a recuperar da recente crise. Reduzir os elevados custos que a compra de casa implica melhoraria o acesso ao crédito e a capacidade de resposta da oferta de habitação. Tal poderia melhorar igualmente a mobilidade residencial, como seria o caso de uma certa redução das relativamente rigorosas regulamentações do arrendamento e das regulamentações de inquilinos e senhorios.

- As políticas de habitação deveriam ser elaboradas de forma a serem eficazes e equitativas. As distorções fiscais deveriam ser eliminadas tributando a habitação e os investimentos alternativos da mesma forma. Desde que sejam cuidadosamente elaborados, os sistemas de habitação social bem orientados podem alcançar os seus objectivos ao menor custo e os subsídios de alojamento transferíveis bem elaborados podem ser preferíveis à disponibilização directa de habitação social uma vez que não parecem afectar directamente a mobilidade residencial.

Por último, mas não menos importante, a edição deste ano de *A Caminho do Crescimento* destaca um capítulo relativo aos cuidados de saúde (Capítulo 6), que constituem um factor-chave para o bem-estar individual e uma importante força propulsora do crescimento económico a longo prazo. A OCDE reuniu novos dados comparativos entre países sobre as políticas de saúde e eficácia dos sistemas de saúde que demonstram que, em todos os países objecto da sondagem, existe margem para melhorar a eficácia da sua despesa pública no domínio dos cuidados de saúde:

- Se todos os países se tornassem tão eficientes como os que apresentam os melhores desempenhos, mantendo a despesa pública com os cuidados de saúde constante, em toda a OCDE, em média, a esperança de vida à nascença poderia ser aumentada em mais de dois anos.
- Para mais de um terço dos países, uma maior eficácia poderia melhorar a esperança de vida tanto entre 2007 e 2017 como nos dez anos anteriores, mantendo a despesa pública com os cuidados de saúde constante.
- Em alternativa, a melhoria da eficácia dos sistemas de saúde poderia induzir importantes economias em matéria de despesa pública de aproximadamente 2% do PIB em média, na OCDE.
- Não existe um tipo de sistema de saúde que tenha sistematicamente melhores resultados no fornecimento de cuidados de saúde com uma boa relação custo-eficácia. Por conseguinte, o importante não será o tipo de sistema mas antes o modo como é gerido. O objectivo dos responsáveis políticos deveria ser a coerência nas configurações das políticas adoptando as melhores práticas dos diferentes sistemas de saúde e adaptando-as às suas próprias circunstâncias. No entanto, a comparação internacional destaca um certo número de fontes de potenciais ganhos de eficiência, tais como melhorar a coordenação de organismos envolvidos na gestão dos cuidados de saúde, reforçando as condições de acesso, aumentando os pagamentos directos, reforçando a informação sobre a qualidade e os preços, efectuando reformas nos sistemas de pagamento dos prestadores ou adaptando a regulamentação respeitante ao pessoal e equipamentos dos hospitais.

© OECD

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE www.oecd.org/bookshop

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate. rights@oecd.org Fax: +33 (0)1 45 24 99 30.

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal, 75116
Paris, France

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

